

Memórias e Ancestralidade no Diário de Bitita

Memories and Ancestry in Bitita's Diary

Algemira de Macêdo Mendes¹

Universidade Estadual do Piauí – Piauí – Brasil

Josilene dos Santos Sousa²

Universidade estadual do Maranhão – Maranhão – Brasil



Resumo: O objetivo deste artigo é analisar a obra *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus, através de uma análise crítico-social e bibliográfica. O trabalho fará uma discussão a respeito da perspectiva da memória e da ancestralidade na narrativa, visto que o enredo trata de uma autobiografia de Carolina Maria de Jesus que apresenta relatos de sua vida e denúncias da desigualdade social e econômica. Para tanto, utilizaremos, para pensarmos sobre a memória, os estudos de Evaristo (2008); Halbwachs (1990); Izquierdo (2018); Pollak (1992) e Ribeiro Vecchi (2010). Trazemos ao debate a questão da ancestralidade através das discussões de teóricos como Matheus Gato (2020); Leda Martins (2021), Oliveira (2007); e sobre a biografia da autora, recorreremos a Farias (2017), entre outros teóricos. Ressaltamos, ainda, que a temática da memória e da ancestralidade acerca da comunidade afro-brasileira são alguns dos elementos discursivos importantes que caracterizam a riqueza da obra, permitindo ao leitor estabelecer um olhar crítico sobre a narrativa autobiográfica de Carolina Maria de Jesus.

Palavras-chave: Carolina Maria de Jesus. Memória. Ancestralidade.

Abstract: The objective of this article is to analyze the work *Diário de Bitita* (1986), by Carolina Maria de Jesus, through a critical-social and bibliographical analysis. The work will discuss the perspective of memory and ancestry in the narrative, as the plot deals with an autobiography by Carolina Maria de Jesus that presents accounts of her life and denunciations of social and economic inequality. To do so, we will use, to think about memory, the studies of Evaristo (2008); Halbwachs (1990); Izquierdo (2018); Pollak (1992) and Ribeiro Vetch (2010). We bring the issue of ancestry to the debate through discussions by theorists such as Matheus Gato (2020); Leda Martins (2021), Oliveira (2007); and regarding the author's biography, we will turn to Farias (2017), among other theorists. We also emphasize that the themes of memory and ancestry regarding the Afro-Brazilian community are some important discursive elements that characterize the richness of the work, allowing the reader to establish a critical look at the autobiographical narrative of Carolina Maria de Jesus.

Keywords: Carolina Maria de Jesus; Memory; Ancestry.

¹Possui graduação em Licenciatura Plena em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (1993), Mestrado em Teoria Literária pela Universidade Federal de Pernambuco (2002), Bolsista de Produtividade do CNPQ-2 – Doutorado em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul(2006) com estágio de doutorado sanduíche em Coimbra-PT(2005). Realizou estágio de Pós-Doutorado, (CAPES) na Universidade de Lisboa em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Professora Associada IV — da Universidade Estadual do Piauí-Professora Emérita da Universidade Estadual do Maranhão. Atua no PPGL das duas IES. Coordena o Núcleo de Estudos Literários Piauienses-NELIPI, NELG e Membro do Comitê Institucional de Pesquisa da UESPI, Conselho Editorial das revistas Pesquisa em Foco (UEMA) e Letras em Revista/UESPI, Membro do conselho editorial da EDUESPI. Membro do CLEPUL-Universidade de Lisboa. Bolsista de produtividade da UEMA.PT em experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura Feminina, História da Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: literatura brasileira, Literatura Piauiense, Literatura de autoria feminina, Literatura Africanas e Africanas de Língua Portuguesa e História da Literatura.

²Formada em letras e literatura portuguesa pela universidade Estadual – UEMA (Caxias – MA), mestra em Teoria literária pela Universidade estadual – UEMA, PPGLetras – Campus São Luís.

1 Introdução

O apagamento das obras de autores e autoras descendentes de escravizados no Brasil tem se constituído um entrave na formação do cânone literário brasileiro? Esses questionamentos sobre essas exclusões na literatura brasileira têm ocupado várias das discussões nos meios acadêmicos na atualidade. Autoras, como Carolina Maria de Jesus, que surge no contexto da chamada literatura marginal, nas décadas de 1970 até o início dos anos 1990, nascida nas periferias, como forma de romper com os padrões literários de então, como podemos ver nas palavras do Cuti (1987), exemplificam esse quadro:

Um escritor negro certa vez contou-me que a recusa de uma editora aos seus originais prendia-se ao argumento de não terem parâmetros para julgar seu trabalho, por ele ser negro. Ouvei também de uma mulher, que se dizia editora de livros, a declaração pública sobre o fato da literatura de negros fugir à linha editorial de sua empresa por não se adaptar à sua clientela. Em carta-resposta, de 18/8/1980, à apresentação dos originais do meu livro *Batuque de Tocaia*, o editor Ênio Silveira assim se expressou: “V. Sa. se propõe ser um poeta da negritude, mas só consegue exprimir sua revolta, que o leva, embora o negue, a uma outra forma de racismo, contra o branco (Cuti, 1987, p. 157-158).

Desde, então, a literatura tida como da margem começou a adquirir novas nuances e vozes, antes silenciadas, que começaram a ser ouvidas, como é o caso Maria Firmina dos Reis, Carolina Maria de Jesus, Cuti, Conceição Evaristo, Geni Guimarães, dentre outras.

Este trabalho tem como foco a análise da ancestralidade e da memória na obra *Diário de Bitita* (1986), de Carolina Maria de Jesus, que o título da obra é referente ao apelido dado à escritora em sua infância. A temática se concentra na vida da autora afro-brasileira, abordando, de forma crítica, as questões da pobreza, da violência, da memória e da ancestralidade que afetam a vida da comunidade afro-brasileira. Além disso, apresenta uma importante representação através da cultura e da tradição dos personagens na obra, tais como as mulheres e o avô

de Bitita, já que as personagens se diferem em idade e experiência, mas compartilham a dor e o sofrimento da vida.

Portanto, em virtude do tema central ser sobre a ancestralidade e a memória, abordaremos a produção literária a partir de recortes que permitirão a análise do texto. Dessa maneira, surge a proposta de análise, considerando a vivência da autora e suas memórias, tanto na infância quanto no início da vida adulta, além das marcas de ancestralidade contidas nas personagens da obra: avô de Bitita, a mãe de Bitita, dentre outros.

A narrativa aborda os problemas sociais que giram em torno do cotidiano do povo afro-brasileiro, acerca também das manifestações de cultura e tradição dos povos, entre outros problemas que surgem por toda a obra, como a pobreza e o racismo. É, então, a partir dessa perspectiva que o presente trabalho analisa a obra pelo viés da memória e da ancestralidade, trazendo como arcabouço teórico as discussões de Evaristo (2008); Halbawachs (1990); Izquierdo (2018); Pollak (1992) e Ribeiro (2010). Trazemos ao debate a questão da ancestralidade a partir das discussões de teóricos como Gato (2020), Martins (2021) e Oliveira (2007), e sobre a biografia da autora, recorreremos a Farias (2017), dentre outros teóricos que realizam discussões sobre a memória e ancestralidade.

2 A Memória como Resgate Histórico

No texto intitulado *Raça e cidadania no pós-abolição Maranhense (1888-1889)*, Gato (2020, p. 06) diz que: “Não é exagero dizer que certos acontecimentos se apagaram tanto da memória coletiva de um povo que apenas a literatura os reconhece na armação do tempo histórico”. Pelas palavras do autor, percebemos a importância da literatura ao constatar os acontecimentos vivenciados na memória de uma sociedade que, por muito tempo, estava envolvida no esquecimento.

A escrita caroliniana faz esse percurso entre o hoje e o ontem através das memórias das personagens. Dessa forma, as narrativas

memorialísticas atêm os leitores à importância de lutar contra o esquecimento cultural, considerando a importância do contexto histórico e social do Brasil. A partir disso, buscaremos compreender como Bitita, a personagem central do romance, homônima de Carolina Maria de Jesus, incorpora e transmite elementos de sua memória e ancestralidade em meio às adversidades cotidianas.

A escritora, Carolina Maria de Jesus nasceu em 14 de março de 1914, em Sacramento, interior de Minas Gerais. A literata é descendente de pessoas escravizadas. Nasce numa época em que o país ainda respirava ares da escravidão. Segundo Farias (2017), a situação da cidade da autora era completamente atrasada, ainda nos moldes do período escravocrata, como demonstra as palavras do autor: “Nesse ambiente indiferente à sorte de negros e pobres, foi onde nasceu uma menina que iria se chamar, pelo batismo, Carolina Maria de Jesus, mas que seria tratada, no seio da sua numerosa família, pelo simples apelido de Bitita (Farias, 2017 p.15).” A cidade de Sacramento mostrava-se tão retrógrada que, após a abolição da escravatura, os povos afro-brasileiros presentes na cidade ainda viviam em ambientes segregados, permeados pelos ditames ainda coloniais.

Aos sete anos, com incentivo de Maria Rete Monteiro de Barros, Carolina ingressou na Escola Allan Kardec, primeira escola para médiuns do Brasil, onde a criança pobre recebia apoio de pessoas influentes no país, e, nesta escola, frequentou o primeiro e segundo anos do ensino primário. Filha de uma família muito pobre, Carolina não conseguiu continuar os estudos, mas, apesar de passar pouco tempo na escola, logo desenvolveu o gosto pela leitura e pela escrita.

A vida de Carolina Maria de Jesus, em Sacramento – terra na qual passou parte de sua vida –, era um ambiente de extrema pobreza e falta de oportunidade de trabalho. Farias (2017) fala das condições da época na cidade:

Os trabalhadores negros sacramentanos tinham, a rigor, um labor diário muito desumano, praticamente sob o duro látego, mesmo sob o sol forte ou a chuva

torrencial. Ordinariamente, insalubres, as tarefas no núcleo urbano ou na chamada “roça”, na grossa maioria das vezes, não pagava o prato de comida, nem de longe o teto para o descanso merecido. A origem escrava era o registro ancestral que marcava a vida da grande maioria dessa população, desde os seus primórdios, no século 18, ainda sob o domínio dos bandeirantes (Farias, 2017 p. 11).

As condições difíceis no campo fizeram com que a autora criasse um desejo de morar em outra cidade, em grandes metrópoles. Assim, em 1930, a família vai morar em Franca, no estado de São Paulo, onde Carolina vai trabalhar como lavradora e como empregada doméstica. Segundo Farias (2017, p. 107), “As idas e vindas ou entra e sai dos diversos empregos e trabalhos da Carolina nesse período, acabaram por reforçar a ideia dela de que precisava ir para uma cidade grande para mudar de vida”.

Em 1958, marcou-se o início da ascensão de Carolina Maria de Jesus. Porém, antes do sucesso da obra o *Quarto de despejo*, de acordo com Farias (2017, p. 169), “ela já era uma escritora tarimbada, que dominava a condução de uma história e possuía uma imaginação fabular muito grande.” No ano de 1958, Carolina conheceu Audálio Dantas, que publicou uma reportagem no *Folha da Noite* sobre a Favela de Canindé e uma das casas visitadas foi a de Carolina Maria de Jesus. Na visita, o jornalista ficou surpreso com o diário de Carolina e com a sua história. O artigo publicado por Audálio Dantas no dia 09 de maio de 1958, também no jornal *Folha da Noite*, foi um sucesso e recebeu diversos elogios. Mas foi somente em 1960 que o livro autobiográfico *Quarto de Despejo: Diário de uma Favelada*, editado por Audálio Dantas, foi finalmente publicado.

Os dias de glória de Carolina e os filhos só estavam começando. E também a pesada exposição de mídia, as constantes saídas de casa, os compromissos surgidos de última hora. Para ela e os filhos, a quebra de rotina foi impactante, mas feliz. O Sucesso foi estrondoso. Todos os dias, uma novidade batia-lhe à porta do barraco. De jornalistas que surgiam de todas as partes, a curiosos e abelhudos. Na favela daquele período, entravam todos (Farias, 2017 p. 204).

A repercussão sobre o livro foi tamanha que acabou virando um grande sucesso literário. Ainda vivendo na favela, a vida de Carolina e dos filhos estava difícil, pois, ao lidar com o sucesso, enfrentava a inveja e o inconformismo de muitos moradores do local, além de lidar com curiosos e jornalistas que achavam que o sucesso de Carolina a havia tornado rica. Com isso, Carolina deixa a favela e compra uma casa no Alto de Santana. O amplo sucesso do livro lhe rendeu muitas honrarias: recebeu um título de cidadã paulistana, homenagem da Academia Paulista de Letras e da Academia de Letras da Faculdade de Direito de São Paulo.

A narrativa de Carolina mostrou, sobre um outro ângulo ainda não apresentado, até então, como se opera a estrutura sociocultural brasileira e a divisão hierárquica, com um olhar diferente, de dentro, sob a perspectiva de quem vivenciou as condições. Vogt (1983), ao discutir a trajetória de Carolina Maria de Jesus, garante que:

Ao transformar a experiência real da miséria na experiência linguística do diário, acaba por se distinguir de si mesma e por apresentar a escritura como uma forma de experimentação social nova, capaz de acenar-lhe com esperança de romper o cerco da economia de sobrevivência que tranca a sua vida ao dia-a-dia do dinheiro coisa (Vogt, 1983, p. 209).

Portanto, a escrita de Carolina Maria de Jesus surge com uma oportunidade de melhores condições de vida aos seus filhos e uma forma de eternizar as condições precárias da vida dos favelados. A história de vida da autora cruza com a realidade de diversas mulheres que, igualmente a ela, com a possibilidade da escrita, fez uma forma de ressignificar sua realidade.

3 Ancestralidade e Resistência na formação da memória: “Não morre vovô. Se o senhor morrer, nunca mais vai chover”

A escrita de Carolina Maria de Jesus, que constrói sua narrativa memorialística sobre sua vida e a dos povos negros que estão às margens da

sociedade, retrata assuntos sobre a pobreza e a violência. Na obra aqui analisada, há a presença de temas que abordam categorias como memória e ancestralidade, que serão explorados neste estudo. Assim, nos apoiaremos em teóricos como: Evaristo (2008); Martins (2021); Izquierdo (2018); Oliveira (2007); Pollak (1992); Ribeiro (2010), entre outros.

As obras de Carolina Maria de Jesus recriam acontecimentos da memória histórica do país. O passado e o presente são expressos por meio da experiência coletiva de questões de violência, racismo, desigualdade e exclusão. Assim, *Diário de Bitita* (1986) revela-se como um espaço literário que contribui para a compreensão da estrutura das questões relacionadas à ficção e à realidade. É, portanto, crucial compreender as origens e implicações dos estudos da memória na criação literária.

A memória abrange diferentes sentidos, assim, as recordações das personagens na obra destacam a ligação entre memória cultural e identidade. A memória cultural é “a capacidade que nos permite construir imagens narrativas do passado e, por meio desse processo, desenvolver nossa própria imagem e identidade” (Izquierdo, 2018, p. 25).

A obra *Diário de Bitita* (1986), no decorrer de narrativa, mostra esse elo com os ancestrais, como no capítulo 10 – intitulado *A morte do avô* – no qual se reflete sobre a importância de repassar os saberes ancestrais dos anciãos, construídos ao longo do tempo, por meio da figura representativa do seu avô (Benedito José da Silva) e, dessa forma, a autora constrói sua ideia de ancestralidade.

O “Sócrates africano”, como é chamado o avô de Bitita, é apresentado como possuidor de bastante sabedoria e o seu apelido era devido ao fato de ter conhecimentos tanto religiosos quanto de vida: “As pessoas que iam visitar o vovô saíam comentando: — Que homem inteligente. Se soubesse ler, seria o Sócrates africano” (Jesus, 1986, p. 119).

“Quando o meu avô adoeceu fiquei pensando: “E se o vovô morrer? Quem é que vai rezar para chover?” (Jesus, 1986, p. 113). Em relação à morte de Seu Benedito José da Silva, nos escritos de Carolina

Maria de Jesus, no Conto *Sócrates africano*, Farias (2017) descobre que ele havia falecido em 13 de agosto de 1924 e não na data que consta no conto.

Sobre o desconhecimento da origem de Benedito José da Silva, na dissertação de mestrado *Entre o tempo, a memória e o espaço na escrita de Carolina Maria de Jesus*, Alan Pereira da Silva diz que:

Farias não apresenta a fonte para esta afirmação, sobre a etnia de origem do avô de Carolina, o que impossibilita a sua verificação. Entretanto, a tentativa de remontar à origem africana, buscando-se a etnia do avô de Carolina Maria de Jesus, é tarefa que não se logra êxito (Silva, 2021, p. 119).

Alguns fatores são pertinentes para a dificuldade referente à origem do avô de Bitita. Um dos fatores é a diversidade étnica no tráfico negreiro que separava os escravizados de seus familiares. A esse respeito, no artigo *Laços familiares e resistência escrava no Maranhão oitocentista*, de Cristiane Pinheiro Santos Jacinto, é retomada a temática do tráfico negreiro e a venda destas pessoas escravizadas. Carolina também abordava essa questão ao mencionar que “O momento da venda de um escravo era marcado por incertezas. Passar para as mãos de um proprietário significava romper laços de parentescos, de amizades, de solidariedade” (Jesus, p.78-79).

A importância do compartilhamento de saberes e cultura a partir da figura ancestral do avô de Carolina Maria de Jesus está atrelada à necessidade humana de um povo de resistir ao esquecimento e aos apagamentos de suas memórias. No livro *Afrografias da memória: O reinado no jatobá* (2021), de Leda Maria Martins, é abordado a importância dos escritos e das histórias (orais) contadas sobre as narrativas de João Lopes, que adoeceu e, durante este episódio, houve a necessidade de deixar documentadas as suas histórias.

Hampâté-Ba (2010) ressalta a tradição oral ao afirmar que não transmite apenas lendas e histórias, mas o conhecimento do seu povo. Hampâté-Ba (2010) diz que:

A tradição oral é a grande escola da vida, e dela recupera e relaciona todos os

aspectos. Pode parecer caótica àqueles que não lhe descortinam o segredo e desconcertar a mentalidade cartesiana acostumada a separar tudo em categorias bem definidas. Ao passar do esotérico para exotérico, a tradição oral consegue colocar-se ao alcance dos homens, falar-lhes de acordo com o entendimento humano, revelar-se de acordo com as aptidões humanas. Ela é ao mesmo tempo religião, conhecimento, ciência natural, iniciação à arte, história, divertimento e recreação, uma vez que todo pormenor sempre nos permite remontar à Unidade primordial. Fundada na iniciação e na experiência, a tradição oral conduz o homem à sua totalidade e, em virtude disso, pode-se dizer que contribuiu para criar um tipo de homem particular, para esculpir a alma africana (Hampâté-ba, 2010, p. 169).

A obra *Diário de Bitita*, assim como o pensamento de Hampâté-ba (2010) e de Leda Martins (2021), fala sobre a importância das histórias orais e, por conta disso, Carolina Maria de Jesus relata, em um trecho da obra, sua estima pela oralidade.

No mês de agosto, quando as noites eram mais quentes, nos agrupávamos ao redor do vovô para ouvi-lo contar os horrores da escravidão. Falava dos Palmares, o famoso quilombo onde os negros procuravam refúgio. O chefe era negro corajoso de nome Zumbi. Que pretendia libertar os pretos (Jesus, 1986, p. 58).

A obra possui em suas narrativas de memórias uma importante função social percebida no decorrer do livro, como por exemplo, a importância das pessoas mais velhas, no caso o avô de Bitita, que, além de suas reminiscências que materializa a ligação de gerações passadas, permitindo conhecimento sobre a história dos ancestrais, rituais e culturas, passa também a resistência e sabedoria para seus descendentes. Martins (2021, p. 30) afirma que “a história dos negros nas Américas escreve-se numa narrativa de migrações e travessias, nas quais a vivência do sagrado, de modo singular, constitui um índice de resistência cultural e de sobrevivência étnica”.

A cultura dos povos negros, então entrelaçada à religião e suas crenças, na obra de Carolina Maria de Jesus, apresenta sua manifestação e a tradição de sua comunidade através da religião, posto que a

construção religiosa e cultural de Carolina Maria de Jesus se concentra na figura do avô em diferentes trechos da obra, além de centralizar-se nas tradições dos santos, como no seguinte trecho: “O único mês que eu sabia que existia era o mês de maio. E os negros iam pedir esmolas. Saíam com uma bandeira com retrato de São Benedito” (Jesus, 1986, p. 22). Em um artigo intitulado *Negro, mas belo: São Benedito, o santo preto da Idade Moderna*, Joyce Farias de Oliveira fala sobre São Benedito, descrito como um santo de pele negra e padroeiro do povo negro.

Embora São Benedito foi um santo proclamado padroeiro das populações negras que passavam pelo processo de conversão ao catolicismo, suas esculturas surgiram no século XVII em um contexto não propriamente sobre a escravidão negra, mas era um dos resultados da presença negra nas ordens religiosas durante os primeiros passos do catolicismo tridentino na Europa (Oliveira, 2017, p. 02).

Na obra, Carolina Maria de Jesus menciona a devoção do povo sobre o santo São Benedito e, assim como na narrativa memorialística, descreve a devoção e a tradição do povo ao santo. A autora, no decorrer da narrativa, fala sobre a festa de São João e que as crianças gostavam de comidas típicas: “As crianças estavam alegres porque na festa de São João iam comer batata-doce e beber quentão” (Jesus, 1986, p. 24).

A tradição das festas de São João na vida da autora era representada neste período festivo sob a crença de que os dias de São João eram a festividade, na qual se festejava também o Santo Antônio casamenteiro. Nesse sentido, Luciana Chianca fala sobre a festa de São João, destacando o que a festividade acrescenta no sentimento de pertencimento da sociedade, afirmando: “Assim, o São João é uma festa coletiva na qual uma comunidade estreita sua identidade através de símbolos e práticas que reafirmam este pertencimento” (Chianca, 2007, p. 03).

Carolina Maria de Jesus fala a respeito da misticidade relacionada ao Santo, na qual era denominado como “santo casamenteiro”. Nesse sentido, afirma: “Os dias de São João e Santo Antônio

eram designados aos casamentos” (Jesus, 1986, p. 24). Em “Tradição Devocional de Santo Antônio”, de Mariana Gomes e Isabel Dâmaso Santos, as autoras discorrem sobre o surgimento da tradição do Santo Antônio.

Provavelmente devido à coincidência de datas entre os rituais pagãos associados ao solstício de Verão e a festa religiosa que assinala a morte do santo (a 13 de Junho), Santo Antônio emerge como casamenteiro e protetor dos casamentos, faceta reforçada pela lenda, de finais do século XIX, conhecida como o milagre da bilha. Conta-se como Santo Antônio concertou a bilha de barro que uma moça tinha deixado partir por se encontrar distraída a pensar no namorado junto à fonte. (Gomes; Santos, 2017, p. 11).

A obra apresenta diversas tradições dos povos negros. Carolina Maria de Jesus narra, em sua obra memorialística, o costume de quando não chovia para fortalecer a colheita e plantação. Assim, as mulheres possuíam a tradição religiosa de interceder por Deus, pois “Quando ia aproximando a época das plantações, só se via o povo olhando para o alto e comentando:- Será que vai chover?” (Jesus, 1986, p. 94). A crença sobre a oração e a imagem para que os apelos fossem atendidos também se fazem presentes, como em “Todas as casas tinham oratórios com a imagens dos santos” (Jesus, 1986, p. 94) e nas suplicadas orações sobre a preocupação da falta de chuva que ocasiona o não sucesso da plantação, posto que “Quando não chovia, as mulheres reuniam-se, iam fazer romarias, rezar aos pés dos cruzeiros e molhavam as cruzes e pediam a Deus para mandar chuvas, e acendiam as velas” (Jesus, 1986, p. 56).

A importância da memória transcende a esfera individual, reverberando-se a memória coletiva. A relação entre memória e ancestralidade se apresenta porque, por meio dela, acessamos não apenas a historiografia de povos e vidas que moldaram nossos antepassados, mas também suas crenças, valores e tradições. No *Diário de Bitita*, fica retratada a questão da cultura popular de forma evidente no trecho: “Se o senhor morrer, nunca mais vai chover” (Jesus, 1986, p. 115).

Além disso, é presente na narrativa a angústia da autora sobre a tradição popular, como a reza para chover. Sobre isso, Jaqueline de Mendonça Oliveira, em texto intitulado *Caminhos que levam à Romaria*, a autora reflete a respeito da crença do povo sertanejo sobre as rezas e penitências para chover.

Ao final da reunião fomos ver o altar, quando então a mulher responsável pela capela e pelas crianças da catequese falou que fez uma espécie de simpatia com as imagens dos santos para ver se chovia: trocou o santo da casa dela com o santo da Igreja, e prometeu não voltar ninguém para seu lugar até que chovesse. Perguntei a um dos jovens do que se tratava mesmo. Ele disse que era uma espécie de promessa para chover, como o povo fazia antigamente nas procissões, carregando pedra na cabeça. Diz ele que também era costume roubar os santos do oratório das pessoas e esconde-los no mato até que a chuva viesse, por isso, na época da seca, todo mundo costumava fechar as janelas com receio de seus santos serem raptados (Oliveira, 2014, p. 63).

No trecho de Oliveira (2014), a crença e os ritos culturais de tradição popular deixam explícitos o quanto nossa cultura está imbuída dessas memórias ancestrais, como as escolhas alimentares, práticas religiosas e valores familiares que, muitas vezes, têm raízes tanto nas culturas dos povos diaspóricos como nos povos originários. Ao tratar sobre ancestralidade, Conceição Evaristo, em seu texto “Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória”, aborda a importância da literatura afro-brasileira e seus registros da memória.

A literatura afro-brasileira traz o registro de uma memória social, enquanto lembranças de vários indivíduos. Memória que permitiu um conhecimento de um sistema simbólico, que possibilitou uma reorganização do território negro da diáspora, através de uma mística negra, vivida em um tempo que escapa a uma medição cronológica, por se tratar de um tempo mítico (Evaristo, 2008, p. 4).

Nesse sentido, Evaristo (2008), após refletir sobre o conceito da identidade e memória, revela a importância do pertencimento, dialogando com a memória afro-brasileira e coletiva que desempenha um

papel fundamental na formação de culturas e de sociedades destes povos.

Na narrativa de Carolina Maria de Jesus em análise, esse sentimento de pertença fica evidenciado através das vivências de suas personagens que compartilham em seus grupos a história comum entre seus ancestrais. Dessa maneira, a ideia de que memória individual está ligada à memória coletiva, como afirma Halbwachs (1990, p. 54), se faz coerente, pois o autor afirma sobre a memória individual que “Ela não está inteiramente isolada e fechada. Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros”.

Com isso, é possível afirmar que a narrativa da obra analisada possui os testemunhos de povos ligados às lembranças da autora, que servem para afirmar suas próprias lembranças. Com isso, pode-se dizer, do pensamento de Oliveira (2007), que a memória e ancestralidade estão de forma imbricada no enredo de *Bitita*.

a ancestralidade espalha-se, como categoria analítica, para interpretar as várias esferas da vida do negro brasileiro – mormente na religião. Legitimada pela “força” da tradição, a ancestralidade é um signo que perpassa as manifestações culturais dos negros no Brasil, esparramando sua “dinâmica” para qualquer grupo racial que queira assumir a identidade de “africano” (Oliveira, 2007, p. 23).

Assim, é mister dizer que a memória ancestral se qualifica como uma forma de transmissão de conhecimento e experiências de gerações, considerando que o termo *ancestralidade*, no dizer de Oliveira (2007), está ligado às heranças culturais e históricas de um povo

O autor postula, ainda, que a ancestralidade perpassa a esfera da tradição e, nessa perspectiva, Pollak (1992, p. 200-212) ressalta que “a memória não se resume à vida de uma pessoa, mas também é uma construção coletiva, um fenômeno construído, organizado a partir do presente, e em parte herdado”, pois abrange a memória como uma política envolta sobre ancestralidade como uma parte de um todo, na

qual nosso imaginário ideológico se alimenta da nossa ancestralidade e a partilha de saberes.

Essa conexão com a memória dos antepassados, presente na narrativa, também desempenha um papel crucial na identidade da formação cultural e étnica. A representatividade ancestral no livro *Diário de Bitita* (1986) está sob a figura do avô de Bitita que, na obra, é representado como detentor de sabedoria e um grande fiel religioso, como se pode vislumbrar no seguinte trecho: “O meu avô rezava o terço” (Jesus, 1986, p. 56). Tradicionalmente, na comunidade, as pessoas que rezavam o terço eram tidas como importantes, tendo em vista que “Quem sabia rezar, era tratado com deferência especial. Ele recebia convites para ir rezar nos locais distantes” (Jesus, 1986, p. 56-57).

A narrativa se apropria de uma estética memorialística, que se baseia em recordações, apresenta relatos da vivência e dos costumes da vida da autora e de seus ancestrais. Ribeiro (2010), em sua fala, diz que a memória surge mais do silêncio do que as palavras:

Enquanto poderoso tipo de memória que surge mais do silêncio que das palavras, mais dos fragmentos do que das narrativas completas, mais de interrogações do que de respostas, a pós memória configura-se, como uma memória específica, resumindo uma memória que inaugura uma relação ética com a experiência traumática dos pais e com a sua dor de que se sentem herdeiros e que requer um reconhecimento, primeiro no seio familiar e depois no espaço (Ribeiro, 2010, p. 19).

As diversas formas de memórias presentes na obra referem-se às histórias de infância da autora, que formou a maioria delas no lugar no qual a obra é narrada, concebendo a obra como uma das formas de rememoração da infância e lugares por onde as personagens movimentavam-se. Ao longo da narrativa, pode-se perceber que a linguagem utilizada pela autora remete à busca da memória individual e, ao mesmo tempo, coletiva dos povos escravizados que, na sua grade maioria, vivem à margem da sociedade. Porém, vê no contexto enunciativo o desejo de sair da condição de subalterno e tornar-se protagonista de seu meio circundante, processo de

pertencimento dos negros. A autora dá ênfase na história de sua vida, na qual os povos negros estão, em grande medida, como protagonistas.

4 Conclusão

Objetivou-se com este artigo apresentar uma leitura da obra *Diário de Bitita* (1986) que contemplasse a memória e a ancestralidade, mostrando a importância desses elementos na formação da identidade dos descendentes dos povos escravizados.

Percebeu-se, no decorrer da análise, que a narrativa afro-brasileira e autobiográfica de Carolina Maria de Jesus nos apresenta vivências de sua infância, de sua vida adulta marcada por uma escrita de teor social pelas circunstâncias que o povo negro marginalizado passa no decorrer da obra.

Desse modo, observamos que a autora, ao representar o povo negro, não utiliza o modelo de escrita comumente utilizado pelas elites hegemônicas. Sua escrita é pautada em reflexões pertinentes ao modo de vida do povo negro. A escrita de Carolina Maria de Jesus representa a realidade de muitos indivíduos ainda na contemporaneidade, na qual a classe sem poder aquisitivo precisa passar por diversas situações para subsistir em meio a uma sociedade desigual, que a mantém à margem, assim como a falta de estrutura básica referente à moradia e à fome.

Pode-se dizer que Carolina de Jesus, ao reivindicar seu direito de narrar as suas experiências e a dos seus ancestrais, coloca em circulação textos produzidos em circunstâncias diferenciadas que, a princípio, foram visto como textos fora do cânone, mas podemos dizer que esses escritos contidos no *Diário de Bitita* são textos políticos, que rompem com silêncio e marcam seus locais de fala e contribuem para ecoarem, denunciarem as violências vividas pelos menos favorecidos, que comumente são os povos negros da diáspora.

Portanto, as temáticas da memória e da ancestralidade, assim como as dificuldades sociais, são alguns dos elementos discursivos que

caracterizam a riqueza da obra, permitindo ao leitor estabelecer um olhar crítico sobre o nosso passado e o nosso futuro.

Referências

- CHIANCA, Luciana. Devoção e diversão: expressões contemporâneas de festas e santos católicos. *Revista Antropológicas*, v. 18, n. 2, p. 49-74, 2007.
- CUTI. Fundo de Quintal nas Umbigadas Fundo de quintal nas umbigadas. In: ALVES, Miriam; CUTI, XAVIER, Arnaldo (Orgs.) *Criação crioula nu elefante branco*. São Paulo: Imprensa Oficial / IMESP, 1986.
- EVARISTO, Conceição. Escrevivências da afro-brasilidade: história e memória. *Releitura*, Belo Horizonte, Fundação Municipal de Cultura, n. 23, p. 1-17, nov. 2008. Disponível em: <<http://nossaescrevivencia.blogspot.com.br/2012/08/escrevivencias-da-afrobrasilidade.html>>. Acesso em: 01 jul. 2024.
- EZQUIERDO, Ivan. *Memória*. Porto Alegre: ARTMED, 2018, 133 p.
- FARIAS, Tom. *Carolina uma biografia*. Rio de Janeiro: Editora Malê, 2017, 402 p.
- GATO, Matheus. *O massacre dos libertos: sobre raça e república no Brasil (1888-1889)*. Editora Perspectiva SA, 2020, 192 p.
- GOMES, Mariana; SANTOS, Isabel Dâmaso. *Tradição Devocional de Santo António*. online], [disponível em <http://docplayer.com.br/17095319-Tradicao-devocional-de-santo-antonio-mariana-gomes-isabel-damaso-santoscentro-de-tradicoes-populares-portuguesas.html>], arquivo capturado em, v. 9, 2017.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HAMPÂTÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: J. Ki-Zerbo (org.). *História Geral da África. Metodologia e pré-história da África*. 2ª ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0019/001902/190249POR.pdf>>. Acesso em: 01. jul. 2024.
- JACINTO, Cristiane Pinheiro Santos. Laços familiares e resistência escrava no Maranhão Oitocentista. In: ABRANTES, Elizabeth Sousa; BARROSO JÚNIOR, Reinaldo dos Santos. *O Maranhão e a Escravidão Moderna*. São Luís: Eduema, p.07-12, 2016.
- JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986, 196p.
- MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: o reinado do Rosário do Jatobá*. 2.ed. Belo Horizonte: Mazza Edições; São Paulo: Editora Perspectiva, 2021, 221 p.
- MEIHY, J. C. S. B.; LEVINE, R. M. *Cinderela Negra: a saga de Carolina Maria de Jesus*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- OLIVEIRA, Eduardo David de. **A ancestralidade na encruzilhada**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.
- OLIVEIRA, Jaqueline de Mendonça. **Caminhos que levam à Romaria**. 2014. 133 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 10, 1992.
- RIBEIRO, Margarida Calafate; RIBEIRO, António Sousa; VECCHI, Roberto. Children of Colonial Wars: post-memory and representations. In: GIL, Isabel. (Org.). *Culture and Conflict: the (In)Visibility of War in Literature and the Media*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2010.
- SILVA, Alan Pereira da. **Entre o tempo, a memória e o espaço na escrita de Carolina Maria de Jesus**. 2021. 252 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de São Carlos, Sorocaba, 2021.
- VOGT, Carlos. **Trabalho, pobreza e trabalho intelectual: Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 204-213.